

CAPÍTULO 1

Os Estudos Organizacionais e as Cidades

Luiz Alex Silva Saraiva

Meu objetivo neste capítulo é qualificar a cidade como possibilidade de estudo para além dos convencionais campos do Urbanismo, da Geografia ou da Administração Pública. Pretendo me aproximar de tradições interdisciplinares oriundas da Antropologia Urbana, da Sociologia Urbana, da Psicologia Social, e das Artes, por exemplo, só para citar algumas possibilidades, centrando na perspectiva dos Estudos Organizacionais a tarefa de constituir o fio condutor do ponto de vista teórico de uma discussão dessa natureza no campo da Administração.

Assumo, como não poderia deixar de ser, que essa empreitada só é possível a partir das possibilidades de soma de muitos prismas distintos de análise, os quais trago para o capítulo. Meu primeiro movimento, portanto, é o de qualificar

interdisciplinarmente a problemática que ora apresento, de maneira a, de forma simultânea, trazer sua oportunidade, pertinência e aderência aos estudos dessa área específica. Em seguida, trarei os estudos realizados no campo de Administração em geral, e nos Estudos Organizacionais, em particular, de maneira a demonstrar a pujança e a pluralidade das pesquisas que tematizam a cidade.

A cidade se apresenta e, mais do que isso, gradativamente se destaca enquanto objeto de pesquisa porque se trata de um entrecruzamento formidável de pessoas, saberes, diferenças, possibilidades das quais não podemos nos furtar enquanto área de conhecimento (Fischer, 1996). Ela se situa em uma paisagem do ponto de vista geográfico, constitui um espaço específico repleto de lugares situados e percebidos simbolicamente, e de inúmeros territórios em disputa pelos que a habitam. Eivada de edificações e vias, sujeita a limites e regulamentações, habitada por pessoas que pertencem a grupos sociais diversificados, a cidade se vê concretamente experimentada de maneira distinta pelos diversos grupos urbanos, o que multiplica as possibilidades de aproximação e de análise, bem como os desdobramentos para sua compreensão (Kuster & Pechman, 2014).

Sendo a cidade este cruzamento de elementos e possibilidades, não surpreende que tantas áreas de conhecimento a tratem com o propósito de compreender a sua complexa trama. Assim, penso que, ao contrário de nos perguntarmos por que a cidade deveria nos interessar enquanto objeto de pesquisa, a questão deveria ser: “Por que a cidade não deveria nos interessar enquanto objeto de pesquisa”?

Meu esforço nesse momento é o de mapear, preliminar e sinteticamente, a produção de várias áreas de conhecimento, e não aprofundar o debate, o que entendo ser competentemente feito ao longo do livro. Já que essa temática se apresenta como algo relativamente novo neste campo, minha intenção é a de explorar uma parte do que já foi produzido sobre o assunto, mesmo ciente de que não o esgotarei – o que, inclusive, nem é a minha intenção.

Prismas interdisciplinares para uma aproximação da cidade

A cidade faz parte de uma vasta rede de possibilidades temáticas, como já abordado. Na área de **Artes**, por exemplo, Boulton (2011) reflete sobre como, a partir de um panorama estético adotado em bangalôs em Lexington, Kentucky, nos Estados Unidos, desenvolve-se um senso de propriedade que impele à ampliação da competência da estética para além dos domínios da “alta cultura” das elites, uma vez que interroga os trabalhos de panoramas ordinários e a interface da epistemologia do panorama e o tangível, a cena visível. Britto e Jacques (2009), por sua vez, criticam a atual espetacularização urbana e defendem a restituição do caráter político do espaço público, via valorização da experiência corporal das cidades, como uma forma de microrresistência a um processo desigual e despolitizador. Assim, propõem a corpocidade, uma forma por meio da qual a arte, reconhecida como *locus* da experiência, pode promover percepções espaço-temporais muito mais complexas do que sugerem os efeitos moralizadores e individualistas, normalmente atribuídos à mera contemplação cenográfica. Estética e política,

assim, seriam alguns dos direcionadores da discussão nesse campo, mostrando engajamento ao tratar de cidades e a necessidade de encarar a estética para além da mera beleza urbana.

A partir da perspectiva da **Linguística**, Papen (2012), ao enfocar Prenzlauer Berg, localizado na antiga Berlim Oriental, na Alemanha, discute o processo de gentrificação em curso nesta região, dado que o espaço público continua sendo uma área de contestação entre a sociedade civil, empresas privadas e o Estado, uma vez que os residentes protestam, por meio de grafites, contra o remodelamento e venda de seus apartamentos para novos proprietários. Mediante o uso de análise textual e visual, com entrevistas com produtores de sinais, a autora mostra como o panorama linguístico reflete e molda a mudança social e desenvolvimento urbano desde a reunificação alemã. Nesse caso, a resistência política se manifesta linguisticamente, pondo em foco a cidade também enquanto embate nesse nível.

Na área da **Saúde**, trabalhos como os de Chasles (2016), Almeida (1997) e Costa (1997) problematizam a cidade sob diversas óticas. Chasles (2016) o faz retomando as antigas relações entre cidade e saúde. A partir da exploração de dados históricos de indicadores de morbidade e de mortalidade, a autora discorre sobre o papel da gradativa conscientização do higienismo na preservação da saúde das populações urbanas, dado que a transformação do espaço das cidades se vinculou à consciência dos desafios sanitários.

Almeida (1997) discute a proposta de cidades/municípios saudáveis na perspectiva da questão estratégica e do

compromisso político, sustentando a necessidade de articulação com outros movimentos sociais para que não seja vista e adotada apenas como projeto técnico, paralelo e marginal ao planejamento e gestão das políticas públicas, como movimento isolado, ou “modismo”. Costa (1997), por sua vez, põe em pauta a possibilidade de haver uma cidade saudável. Sendo a cidade uma expressão da sociedade que a produz e a consome, seria necessário “construir” uma sociedade saudável para que a cidade também fosse saudável, o que sugere o tamanho do desafio.

Uma das formas de encarar essa tarefa é apontada pelas **Ciências do Esporte**, nos textos de Borges e Tonini (2012), Tavares (2011) e Silva *et al.*, (2011). Borges e Tonini (2012) põem a cidade em pauta ao discutirem o incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública a partir em Vitória, no Espírito Santo. Mesmo havendo uma legislação municipal de incentivo, a carência em eficácia e efetividade social fragiliza a relação entre o esporte de alto rendimento e a cidade estudada. Silva *et al.* (2011) se concentram sobre o legado das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, a partir de reportagens jornalísticas. O interessante exercício de projetar a herança do que “ainda não foi” amplia e redefine os limites históricos, um prisma de análise muito interessante para as cidades, que precisam definir o seu próprio legado ao se candidatarem como sedes de megaeventos. Tavares (2011), por sua vez, se volta a analisar a organização e o relacionamento dos espaços de Beijing, na China, e dos Jogos Olímpicos de 2008, tendo observado que os espaços “olímpicos” se tornaram delimitados e exclusivos. Ainda que tenham sido criados com uma finalidade específica, os espaços para os jogos excederam o papel original, relacionando-se ao projeto político do país sede.

No âmbito dos estudos de **Políticas Públicas**, Bacqué *et al.* (2011), debruçando-se sobre as políticas parisienses de mistura social, deparam-se com a necessidade de superar a controvérsia associada a políticas de moradia que não reproduzam a segregação dos subúrbios de Paris. Em face do aburguesamento e gentrificação da capital francesa, o Conselho da cidade tem procurado “balancear” a população, trabalhando no sentido de redesenvolver uma vizinhança de trabalhadores, de maneira a desenvolver a coesão social local.

Também com um olhar voltado à sociedade, Raichelis (2006) problematiza a gestão pública e a questão social na grande cidade. Baseando-se na cidade de São Paulo, a autora defende que é preciso identificar tensões e fazer uma agenda que considere as necessidades da gestão democrática da cidade e das políticas sociais públicas. Souza (2009), também tratando da capital paulista, observa as intervenções das políticas públicas municipais nas periferias. Grandes aglomerados populacionais residindo em conjuntos habitacionais gigantescos, além de favelas ou em ocupações irregulares, apresentam necessidades múltiplas e complexas que precisam ser consideradas pelas políticas públicas.

Marques e Bichir (2001), também tratam de São Paulo, mas se voltam, historicamente, para as políticas de infraestrutura urbana em São Paulo entre 1978 e 1998. Partindo de dados primários, relacionam os investimentos públicos e sua distribuição espacial na cidade, usando uma base construída a partir de indicadores sociais. Desde então, os autores problematizam os aspectos distributivos da política e o seu impacto sobre os habitantes do município de São Paulo. Além de

interessantes achados sobre o perfil de investimentos de partidos de esquerda e de direita à frente da prefeitura, os autores ratificaram que ocorre um investimento superior nas áreas mais privilegiadas da cidade, em detrimento da periferia, o que é um alerta para a necessidade de o governo objetivamente atuar no sentido de procurar corrigir as assimetrias urbanas, e não reforçá-las.

Como é possível perceber, do ponto de vista das Políticas Públicas, a cidade se apresenta de forma extremamente complexa, o que faz com o que o seu êxito dependa de diversos elementos. De acordo com Sawaya (2006), é imprescindível que se conheça efetivamente a realidade para a qual se dirigem as políticas públicas para definir o conteúdo e a forma pelas quais serão geridos os programas governamentais. Assim, fundamentar o conhecimento na realidade concreta dos cidadãos, e em suas necessidades, possibilita melhores padrões de resposta às questões a serem resolvidas em um dado contexto social. De certa forma, ainda que seja uma questão de sensibilidade dos formuladores de políticas públicas, o fato é que esta postura ainda é pouco visível, entendendo-se muito de demandas (de ordem econômica), mas pouco de necessidades (de ordem humana).

Assim, a produção do espaço urbano se vê desafiada por aspectos como a globalização, que redefine concepções, processos e procedimentos, dos pontos de vista material e simbólico, dado que estes precisam de contínua reformulação para se adaptar aos desafios contemporâneos das cidades (Sánchez, 2001). Carvalho (2000) denuncia que a ideia de uma cidade global é uma ideologia que, quando cotejada com o planejamento, revela a apropriação do espaço urbano por quem

dispõe de mais recursos, o que implica segregação. Daí a necessidade de correção das imperfeições pelas políticas públicas que precisam redefinir o que se toma por metrópole urbana, bem como lidar com a complexidade de seus impasses.

A cidade também é problematizada do ponto de vista das **Ciências Ambientais**. Martins (2011), enfocando a região metropolitana da maior cidade do país, assume que o ambiente não pode se resumir a processos naturais, devendo ser ampliado para incorporar as relações entre tais processos e as dinâmicas e processos sociais. A partir daí, trata de duas situações extremas: dos assentamentos precários nas periferias junto a mananciais e áreas ambientalmente sensíveis, e de áreas centrais, que embora tenham população decrescente, têm potencial de adensamento. Para o autor, inserir a questão ambiental na cidade implica encarar as limitações das políticas urbanas a fim de se fugir da retórica com que o tema tem sido tratado.

Jacobi (2000) ratifica, em uma pesquisa sobre a percepção dos moradores sobre os problemas ambientais, a forma de resolução e os agentes envolvidos, a dependência da ação governamental, independente de se tratar de centro ou de periferia urbana. As diferenças entre os moradores de estratos de alta, média e baixa renda, respectivamente distribuídos na cidade em regiões central, intermediária e periférica, sugere que enquanto os menos privilegiados demandam a garantia mínima de acesso ao serviço, os moradores dos bairros centrais e intermediários apresentam uma demanda global, por exemplo ligada à limpeza de rios, mananciais e reservatórios, o que sugere que o urbano é permeado de fortes assimetrias também na questão ambiental, uma vez que se verificam exclusões variadas, além de risco, falta

de informação e baixos níveis de participação junto ao poder público.

Do ponto de vista da **Educação**, Müller e Nunes (2014) trazem à tona a especificidade da cidade em sua relação com a infância. As autoras, a partir de questões clássicas das Ciências Sociais, problematizam a criança e a infância, bem como sua inserção no contexto urbano, destacando que o potencial de apropriação da cidade pelas interações infantis contrasta com o poder do adulto, o que sugere um vasto campo de estudos. Na mesma linha, Farias e Müller (2017) discutem a cidade como espaço da infância. Para as autoras, a experiência da infância nos centros urbanos é cada vez mais fragmentada, o que endereça à educação a tarefa de transcender a vida escolar, já que as crianças precisam ser educadas para lidar com o urbano na sua diversidade, que se lhes apresenta de forma cada vez mais complexa.

Introduzindo a questão da educação e das periferias, Tschoke e Rechia (2012) tratam do lazer na cidade de Curitiba, tendo encontrado evidências de que as possibilidades de vivência do lazer infantil se veem limitadas pela violência, pelo vazio dos espaços, pela ausência dos pais e por poucas e pontuais ações do Estado. Ser criança em uma cidade em condições econômicas pouco privilegiadas implica, assim, todo um quadro de limitações, nos quais a educação escolar muitas vezes é a única forma de preparação para o mundo urbano. Isso aumenta a responsabilidade dos educadores e redimensiona a escola, seu papel e sua relação com a urbe.

Em Belo Horizonte, na fronteira de bairros de classe média e uma favela, Lansky, Gouvêa e Gomes (2014) puderam identificar que as crianças experimentam o espaço conferindo-lhe significados próprios a partir de aspectos identitários. Para lidar com as limitações de circulação urbana impostas pelos adultos, as crianças desenvolvem formas particulares de se relacionar com a cidade, um achado que é confirmado em diversas áreas de conhecimento: a cidade é apropriada de maneira distinta, dependendo do grupo em foco, inclusive no caso de grupos etários em formação, como é o caso das crianças. Qual a cidade que se lhes apresenta, então?

Bedran (2011), em um estudo sobre **Comunicação Social**, demonstra que aplicações da arte e da indústria gráfica atuaram como mediadoras entre as classes urbanas e que a publicidade brasileira surgiu, no início do Século XIX, com uma linguagem dinâmica e inovadora, adequada para o urbano que emergia na cidade do Rio de Janeiro. Isso permitiu um notável suporte quanto à construção do modo de vida urbano que viria a se tornar padrão para o restante do país. Já data dessa época o descompasso entre a sofisticação dos anúncios e as formas de produção de consumo e a desconsideração das assimetrias sociais.

Canclini (2002), tratando da Cidade do México, transcende seus aspectos social e físico e explora as formas imaginadas pela imprensa. O autor se propõe a problematizar a comunicação e sua influência na reconstituição do espaço público nesses circuitos comunicacionais, considerando, para isso, que nem sempre os meios de comunicação se voltam para a transparência e democratização da cidade, pois em muitos casos,

quando apenas reproduzem a ordem urbana, terminam por organizar a audiência de forma dócil e acrítica, tornando-se cúmplices da estrutura socioeconômica vigente, o que reforça uma perigosa perspectiva que silencia sobre as mazelas da sociedade.

Estudos sobre a cidade sob o prisma da **Geografia**, também se fazem presentes. Monié e Vidal (2006) põem em discussão as relações entre cidades e portos em um contexto de globalização, destacando que o transporte marítimo, pressionado pela competição internacional, tem contribuído para o encurtamento relativo de distâncias entre homens, mercadorias e informações. Isso demanda dos governos ações no sentido de criação de uma nova cultura portuária, que avance na integração de esferas de produção, consumo e circulação em distintas escalas geográficas.

A questão da produção urbana do espaço é discutida por Carlos (2015). Para a autora, a reprodução da sociedade se realiza por meio da produção do espaço urbano no mundo moderno, um cenário em que o urbano vem sendo construído como negócio. Trata-se de uma constituição que apresenta inúmeras contradições ligadas à posse/não posse de recursos materiais, e de uma série de privilégios/limitações de tal condição. Daí a necessidade de se superar uma visão estritamente geográfica e se avançar para a problematização da produção urbana, uma vez que esta produção está além da Geografia, revelando dinâmicas sociopolíticas que precisam ser consideradas para que a cidade seja adequadamente examinada. As existências humanas, assim, não se dão em um quadro de mera localização; são permeadas por barreiras, tensões e conflitos que não cabem em esquemas que

tratam do espaço da cidade como se se tratasse de uma questão de ocupação de paisagens geográficas.

Na mesma linha de problematizar a cidade, Lees (2012) revisita a Geografia da gentrificação, com um olhar voltado à necessidade de pesquisadores adotarem uma abordagem pós-colonial para se posicionarem criticamente quanto ao desenvolvimentismo, à categorização e ao universalismo. As cidades não têm de ser “globais”, sob pena de isso ser uma ideia universalista que descontextualiza uma hierarquia urbana, a partir do norte global, categorizando cidades “mais” ou “menos” civilizadas e, portanto, mais ou menos desenvolvidas. As políticas, assim, precisam ser mais claras no sentido de abraçarem posições politizadas, que considerem, por exemplo, o peso das mobilidades na cidade e os arranjos para questionar como e se a gentrificação tem viajado do norte global para o sul global.

A **História** também tem grandes contribuições para o estudo das cidades. No que se refere a patrimônio, há uma função social que este aspecto e a memória teriam no âmbito urbano. Costa (2012, p. 87) defende que “a maneira com que os museus e monumentos estão inseridos na sociedade civil e seu poder de produzir códigos e valores culturais fazem deles parte integrante do processo de promoção das identidades e da cidadania”. Assim, a questão histórica na cidade está além da geração de algo que pode ser imediatamente consumido por transeuntes eventuais: estamos diante mesmo de um processo de melhoria da qualidade da interação social e de construção de cidades saudáveis.

De maneira geral, como aponta Barreira (2003, p. 315), “repensar a cidade sob a ótica de sua ‘memória’ ou sob o prisma

de significados atribuídos á noção de patrimônio supõe compreender a lógica das prioridades sobre o uso e valorização de espaços efetivados ao longo do tempo”. Nessa linha, ela empreende uma jornada rumo a descortinar a cidade de Fortaleza, Ceará. A partir de considerações críticas sobre a invenção das tradições (Hobsbawn & Ranger, 1984), a autora se debruça sobre o discurso da preservação do patrimônio nesta cidade, identificando que o resgate de uma versão da história está comprometido com o turismo por procurar articular passado e presente em torno de imagens que favoreçam o consumo da cidade. No mesmo sentido vai King (2010), só que abordando a cidade de Londres. Para este autor, é menos importante o critério econômico que tem se imposto nos últimos anos para determinar o que são “cidades globais”, e mais relevante compreendermos as condições culturais distintas de cada cidade, de maneira que o que diferencia as cidades é tão relevante quanto o que as assemelha.

Gandara (2011), tratando do planejamento da cidade de Teresina como projeto republicano, aponta que precede o surgimento da cidade uma articulação entre interesses políticos e econômicos que procuravam, sob a égide do desenvolvimento, trazer a modernidade para o estado do Piauí. O projeto moderno desta cidade expressa uma preocupação quanto à “ordem” e ao “progresso” para a constituição de um modo específico de vida urbana, também de certa forma presente na perspectiva dos idealizadores. Todavia, autores como Castelo Branco (2007), enfatizam a tensão que existe entre a cidade visível, trabalhada pelo urbanismo, e a cidade subjetiva, vivida nas práticas cotidianas dos habitantes da urbe. Um dos exemplos de prática nos é dado por Damasceno (2007), ao explorar as formas pelas

quais a juventude de Fortaleza se apropria da cidade ao longo do tempo, as quais frequentemente se distanciam das intenções do poder público.

A construção de monumentos, por exemplo, “possui uma carga de intencionalidade, em apoio a determinadas posições políticas e culturais, que o transforma em um eficaz instrumento de poder” (Nascimento & Bitencourt, 2008, p. 330). A função do monumento seria consolidar e expor “as manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem sobre a memória individual, tornando-a uma memória coletiva” (Le Goff, 1984, p. 13). Todavia, Saraiva (2017) pontua que a presença de monumentos é insuficiente para que se possa pressupor que há uma história apropriada pelas pessoas, já que elas podem rejeitar os monumentos e, sem povo, não há história a ser contada.

A perspectiva histórica sobre cidades também é particularmente rica do ponto imagético, como atestam os trabalhos de Possamai (2007), Fabris (2006), Koury (2006) e Turazzi (2006). Esses autores exploram diferentes facetas da cidade ao longo do tempo, explorando imagens e a forma pela qual elas ajudam a configurar o imaginário urbano. Turazzi (2006), argumenta que a imagem fotográfica foi empregada tanto como recurso de representação visual das transformações levadas a cabo no Rio de Janeiro, quanto para criar memórias, individuais e coletivas da cidade de “antes” e de “depois”.

Possamai (2007, p. 59) se debruça sobre álbuns de fotografia de Porto Alegre e a memória que evocam. Para esta autora, o álbum de vistas urbanas “funciona como coleção desses

restos da cidade, elaborada para permanecer como memória de um tempo preciso que lançou sua marca no espaço ali presente em imagem”. As imagens, então, contam uma história, como a dos nossos mortos (Koury, 2006), e os laços familiares e sociais estabelecidos em um dado período de tempo, uma história de inovação pelo desconforto captado pelas imagens, como no caso das imagens de Aleksandr Rodtchenko da União Soviética (Fabri, 2006), ou ainda, a história comparada de aspectos sanitários (Rezende, 2007).

No âmbito das **Ciências Sociais** há muitas e variadas contribuições sobre a cidade como objeto de estudo. Um primeiro eixo se refere à concepção de cidade que temos e o que ela abriga. Gorelik (2005) enfoca a produção da cidade latino-americana, ressaltando que nossa condição periférica influencia nossa capacidade de produzir de espaços urbanos, diferenciando-nos dos discursos da “cidade global”. Para o autor, temos um ideal de representação de um conjunto de características atribuídas às cidades, pouco preciso e elucidativo, que, na verdade, só podemos atingir, com relação a uma ideia do que constitui a cidade na América Latina, se considerarmos que a cidade latino-americana existe como uma construção cultural.

Um segundo eixo de discussões está associado à dimensão cultural da cidade. Costa (2002) destaca um paradoxo no âmbito das Ciências Sociais. Para ele, à medida que se fortalece o argumento da globalização, multiplicam-se as identidades culturais nas cidades, o que se manifesta na forma de múltiplas concepções e demandas de cultura, do que a cidade nem sempre dá conta, já que privilegia alguns aspectos em detrimento de outros. Nesse sentido, Koury (2004), sugere que uma cidade, ao

abrigar diferentes estilos de vida e individualidades, permite que emerja uma cultura subjetiva que se baseie nas diferenças e na liberdade individual para que elas existam. Todavia, deve ser pontuado que há sempre um potencial de hierarquização de diferenças, sendo questões como a interseccionalidade relevantes para compreender as culturas hegemônicas em uma urbe. Mesmo que tais culturas sejam objeto central nas cidades, como Miranda (2000) argumenta, o multiculturalismo e as novas formas de sociabilidade a que ele alude nem sempre são alcançados de forma efetivamente plural em termos urbanos.

Uma terceira linha de argumentação se refere à segregação urbana e às desigualdades sociais (Villaça, 2011), que dão abertura para que diversos tipos de violências aconteçam com minorias (Carman, 2010). Os que não se encontram em posições urbanas privilegiadas precisam se valer de diversos mecanismos para sobreviver, como recorrer ao comércio informal (Cleps, 2009), e a práticas urbanas que, muitas vezes se situam na esfera do ilegal (Pereira, 2010; Telles, 2009; Telles & Hirata, 2007; 2010). Os ilegalismos urbanos, portanto, não deixam de ser formas de produção social da cidade, produtos da sua incapacidade de reduzir as assimetrias nela existentes.

Por fim, um quarto eixo de discussão se refere à revitalização urbana (Jayme & Neves, 2010), o que frequentemente passa pela gentrificação (Wacquant, 2010). Apesar de o termo “revitalização” ser, a rigor, um equívoco, já que há vida na cidade, ele é bastante empregado como sinônimo de requalificação urbana. A ideia é a de implantar uma nova forma de “vida” – leia-se, de sociabilidade urbana – mais “qualificada”, a partir de associações entre poder público e

iniciativa privada nas cidades. No caso analisado por Jayme e Neves (2010) em Belo Horizonte, o foco diz respeito aos shoppings populares que reagruparam vendedores ambulantes que antes circulavam nas calçadas do centro da capital mineira. Foco de uma política pública de higienização, depois de muitos conflitos, essas pessoas foram circunscritas aos limites de espaços específicos, o que trouxe diversos desdobramentos em um quadro no qual eles passaram, de “camelôs” a “empreendedores”, um percurso difícil apesar do que apregoam os discursos hegemônicos de empreendedorismo (Perdigão, Carrieri & Saraiva, 2014; Costa & Saraiva, 2012).

Wacquant (2010) explora outra faceta desta requalificação urbana: a gentrificação. Este fenômeno se refere à requalificação de áreas consideradas degradadas nos centros urbanos, com a melhoria geral da infraestrutura de maneira que venham ser “novamente” ocupados. O autor examina esse fenômeno destacando que se trata de um processo no qual o governo assume crescentemente o papel de provedor de bens e serviços para cidadãos de classe média, público-alvo para a reocupação urbana, em detrimento direto dos trabalhadores de nível socioeconômico mais baixo, que são gradativamente expulsos das regiões centrais para as periferias, por conta de movimentos de especulação imobiliária. A invisibilização dos mais pobres integra um projeto de construção de uma cidade-vitrine, que prevê que participem da cidade apenas os que podem consumi-la.

Na **Filosofia**, a cidade também é problematizada de diversas maneiras, e aqui trazemos dois exemplos. A partir do conceito heideggeriano de mundo a partir das noções de espaço e

discurso, tais como elas aparecem em “Ser e tempo”, Oliveira (2008) examina o mundo, simultaneamente, como um espaço discursivo e como um discurso espacial. Adotar a perspectiva discursiva a respeito do mundo ajuda a esclarecer a definição grega do homem como animal político – e discursivo – bem como a ideia de jogos de linguagem de Wittgenstein. Nogueira (1998), por sua vez, retoma a temática da cidade real versus a cidade imaginária. Segundo ela, ao refletir sobre cidade, terminamos pensando a nosso próprio respeito, uma vez que a cidade é uma metonímia das frustrações e possibilidades humanas. A autora propõe a noção de uma cidade reencantada, que aproxima o cotidiano urbano da memória, do simbólico e do mito.

Muitas contribuições relevantes para a compreensão das cidades, sob o prisma adotado neste capítulo, vêm da **Antropologia**, em particular da Antropologia Urbana. O local se vê transformado por processos sociais e históricos que desafiam as tradicionais formas de encarar o que se toma por cidade. Feldman-Bianco (2009), por exemplo, ao analisar as relações entre globalização, escala da cidade e a incorporação de imigrantes portugueses na cidade de New Bedford, nos Estados Unidos, observou continuidades e metamorfoses nos papéis por eles desempenhados, tendo em vista os reposicionamentos de Portugal na economia global. Dado que esta se apoia em uma perspectiva neoliberal, fazem parte da equação a organização flexível do trabalho, a restrição de políticas imigratórias e a criminalização de imigrantes, o que termina por definir espaços específicos na cidade para aqueles que saem dos seus países de origem.

Nesta cidade que os antropólogos enxergam, impera o individualismo, o anonimato e a violência, tal como no título do trabalho de Velho (2000). Estes aspectos, elementos centrais de muitos estudos urbanos, destacam que a vida em grandes cidades parece carregada de elementos clássicos, como os apontados por Simmel (1967), acrescidos de discussões particulares por estarmos no Brasil. Nossa condição periférica, especificamente latino-americana, tal como apontado por Gorelik (2005), faz com que a violência seja compreendida e incorporada à vida urbana como parte de um processo de socialização, sendo o indivíduo e o seu anonimato partes desse quebra-cabeças.

A realidade, assim, é negociada, o que se estende a diversas instâncias, como o patrimônio cultural estudado por Velho (2006). Valores e interesses discrepantes entre os diversos envolvidos implicam conflitos em diversos níveis, o que tem desdobramentos sobre processos de patrimonialização, como o de tombamento do terreiro de candomblé, Casa Branca, em Salvador, e o de Copacabana, no Rio de Janeiro. O autor se debruça em demonstrar que as políticas públicas voltadas ao patrimônio não se dissociam da complexidade da vida social, razão pela qual devem atuar em conjunto da dinâmica da sociedade.

Cavalcanti (2009) traz contribuições instigantes sobre a temporalidade, a espacialidade e os valores presentes na consolidação de favelas no Rio de Janeiro. Para a autora, os recentes programas de reurbanização, que substituíram os de remoção, implicaram em especulação imobiliária, associados à apropriação dos espaços da favela pelo tráfico de drogas, o que levou a casa – agora de alvenaria – a se transformar em processo,

projeto de futuro e instância produtora de valores monetários e subjetivos. Permanência, consumo e cidadania são necessidades que passam a ser incorporadas nas favelas cariocas, redefinindo a cidade.

Outro exemplo de como as cidades podem ser percebidas nos é dado por Vianna (1999), ao abordar Lisboa sob a ótica de Fernando Pessoa e cotejá-la com a metrópole de Simmel. O autor, a partir da Literatura, permite conhecer a capital portuguesa, a partir da perspectiva do *flâneur*, explorando, detalhada e afetivamente, o que significa conhecer a experiência urbana por meio de uma forma específica de ver a cidade. Além da tradicional etnografia, a Antropologia amplia metodologicamente a forma pela qual pode ser estudada a cidade, incorporando metodologias como o desenho, adotado por Kuschner (2011), uma vez que ajudam a contribuir para a compreensão de narrativas gráficas e simbólicas da vida urbana.

A área de **Psicologia** também traz formidáveis contribuições para a compreensão da cidade. Guedes (2003, p. 73), por exemplo, explora o espaço político da cidade, tratando tanto “das tramas e correlações visíveis e subjacentes à questão da construção do ambiente humano e sua apropriação pelas pessoas individuais ou coletivas, privadas ou públicas, para atender às sagradas necessidades que emanam da vida cotidiana, quanto da reprodução e sobrevivência da espécie e a invenção da cultura e da história”.

A política na cidade, a forma pela qual lidamos com as diferenças existentes na urbe, incorpora alguns caminhos e caminhantes considerados excedentes na cidade contemporânea

(Sousa & Bechler, 2008), que se propõe a expurgar o labirinto e o mistério das cidades antigas na sua fria funcionalidade. Esta cidade, na visão de Venturini (2009), abriga nosso “mapa da cidade”, nossos percursos costumeiros – algo essencialmente ligado ao nosso nível social. A partir da observação do clandestino em cidades italianas, o autor explora os diversos mecanismos urbanos de intolerância e de acolhida. A disponibilidade dos sujeitos, em um ou em outro caso, permite que se identifique “os outros”, e como a cidade se volta (ou não) para a empatia.

Voltar-se para propiciar o encontro com a diferença, convertendo a cidade em território de conflitos e também de negociação, como propõe Palombini (2009), faz da cidade algo utópico – e por isso, desejável – ao incorporar no seu contexto as suas relações com a subjetividade. Nogueira (2009) segue na mesma linha ao explorar a materialidade do trabalho no contexto urbano. Para esta autora, é fundamental refletir sobre a relação entre subjetividade e espaço, uma vez que os sujeitos sociais se apropriam subjetivamente dos espaços da cidade, formando e consolidando, continuamente, suas identidades.

E como ficam as identidades em uma cidade que passa por um processo induzido de transformação de lugar rural para urbano? Mourão e Cavalcante (2006) lidam com essa questão ao tratar do caso de Maracanaú, no Ceará, tendo identificado, como não podia deixar de ser, que o lugar urbano multiplica as relações dos sujeitos com o espaço habitado. Há novas e múltiplas identidades do lugar, tanto baseadas em aspectos como a valorização de símbolos do passado, a participação no cotidiano

presente e expectativas quanto ao futuro. Cidade e campo, assim, se opõem diretamente em aspectos concretos e simbólicos.

Da área de **Arquitetura e Urbanismo** vem uma série de reflexões que problematizam a cidade global e os processos de “recuperação urbana” em curso no mundo todo. Limena (2001) trata do que denomina “cidades complexas”, defendendo que são cada vez mais comuns crises urbanas que tratam de um processo intrincado, o que demanda a necessidade de um tratamento interdisciplinar para a superação dos limites entre ciência, técnica e arte na urbe. Fix (2009) introduz, na mesma linha, a influência da financeirização global da economia para explicar como se dá o processo de urbanização na cidade de São Paulo, fortemente assentado em uma perspectiva de articulação com o poder público, embora haja predominantemente uma apropriação privada de benefícios.

Duarte e Czajkowski Júnior (2007) examinam a forma pela qual tem acontecido a naturalização da ideia de marketing urbano, a criação mesmo de uma “marca” pelas cidades, que de tudo fazem para se diferenciar umas das outras, tal como se fossem produtos e, assim, mobilizar recursos a partir da projeção de uma dada imagem, interessante para investidores diversos. Embora alguns analistas apontem o marketing urbano como inovador, por permitir a articulação entre agentes públicos e privados, outros condenam essa iniciativa por ela significar, em diversos aspectos, a mercantilização da cidade.

Pesquisadores dessa área são particularmente interessados na temática da gentrificação. Webb (2010), tratando da Inglaterra, propõe que se repense o papel dos mercados na renovação urbana.

Sua crítica, endereçada ao que ele chama da “heurística da gentrificação”, se fundamenta em uma experiência baseada na moradia no norte e oeste de terras médias inglesas, com tendência ao abandono, o que gerou narrativas complementares para além da ideia de mera especulação do mercado. Curran (2010) segue na mesma linha ao argumentar, com base em Williamsburg, Nova York, que as demandas por inovação e renovação urbana devem ser equilibradas com a manutenção de espaços mais antigos, como os industriais, de forma que haja atividades econômicas em um espectro mais amplo e que a cidade não expulse as pessoas por não absorver suas formas de existência.

Brown-Saracino e Rumpf (2011) exploram reportagens de jornais de sete grandes cidades norte-americanas, tendo identificado desde coberturas jornalísticas de apoio à gentrificação, até aquelas estritamente críticas a este fenômeno. Dado o amplo espectro de representações, os autores revelam a mutabilidade do significado do termo do longo do tempo, o que é de interesse para os estudos urbanos com foco nos processos de mudança nas cidades.

A gentrificação, apesar de ser muitas vezes concebida como uma espécie de engenharia social (Thörn, 2012), traz uma série de implicações de cunho político, desde aquelas ligadas à luta política pelo não deslocamento (Deverteuil, 2012), até a uma assunção de ser um lugar privilegiado para a atuação de movimentos sociais. Thörn (2012) se concentra em dois casos, sendo um na Dinamarca e outro na Suécia, os quais se enquadram na ideia de estado de bem estar social escandinavo, tendo, ao final, demonstrado que a participação de movimentos sociais é complexa, ambígua e contraditória, e que os processos de

gentrificação ganhariam se contassem com a participação mais ativa de movimentos sociais.

Shaw e Sullivan (2011) se concentram em aspectos raciais ligados à gentrificação, discutindo para além da renovação urbana propriamente dita. Eles analisaram um festival de artes em Portland, nos Estados Unidos e concluíram que há menos participação de negros do que de brancos nas atividades, e isso não se deve a um desinteresse pelas artes, mas ao fato de que os negros se sentem desconfortáveis e mal-vindos. A arte, nesse caso, é usada como argumento para a renovação da vizinhança, desconsiderando questões étnicas, como se se tratasse apenas de um esquema técnico, sem interface social.

Essa ausência de humanidade nos processos de renovação urbana é central no texto de Jackson (2011), que nos provoca com a ideia de gentrificação do nada. Segundo ele, estaríamos diante de um processo global de gentrificação, destinado a atualizar os recursos do capital para adequar as cidades a seus próprios interesses, no qual se observa o espraiamento da ideia de renovação e ocupação de diversos espaços urbanos de maneira a que se tornem “mais produtivos e modernos”. O não dito é que se trata de um movimento do capital dirigido, de forma especulativa, a potenciais clientes membros da classe capitalista transnacional, de promoção de um estilo de vida global e metropolitano que se pode ter em proximidade com o centro da cidade.

A cidade também tem sido analisada sob a ótica do **Direito**. Suas regulamentações essenciais, como o estatuto da cidade, precisam ser discutidas para além das características técnicas, dada à evidente carga política que abrigam. Carvalho

(2001), por exemplo, defende que se deve ter em mente o alcance social de qualquer política pública, o que faz dos levantamentos técnicos de demanda apenas parte do trabalho do poder público de definir prioridades em cima de necessidades da população.

Em relação ao mesmo tema, Boeira, Santos e Santos (2009), ao situarem o debate na crise da modernidade, destacam que há negligência de discussões teóricas e epistemológicas no debate sobre o estatuto da cidade, sendo necessário articular o direito urbanístico, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no debate, assim como as políticas públicas, que devem ser orientadas pelas teorias e experiências associadas à terceira via e à formação de capital social.

Oliveira *et al.* (2006) observam a cidade sob a ótica da criminalidade juvenil, sustentando que é necessário um desconfinamento das vidas na cidade. Quanto a São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, vale destacar que nesta cidade há um expressivo nível de adolescentes internados, e, portanto, em permanente risco de vulnerabilidade, uma vez que se opta pela privação de liberdade em detrimento de aplicação de medidas de regime aberto. Neste caso, os autores propõem um enfrentamento da questão também no nível do imaginário social. Como a representação predominante tem a adolescência pobre a infratora como uma figura-limite, é preciso ampliar a solidariedade, uma vez que a “a redução nas liberdades dos excluídos nada acrescenta à liberdade dos livres” (Oliveira *et al.*, 2006, p. 61).

Por fim, mas não menos importante, nosso breve mapeamento interdisciplinar nos leva às contribuições na área da **Economia**. Sob a ótica econômica, as cidades têm sido

compreendidas nas suas possibilidades de geração de riqueza. Guerrieri, Hartley e Hurst (2012), ao tratar do caso de Detroit, nos Estados Unidos, uma cidade em franco declínio urbano desde os anos 1980, estes se deparam com o fato de que dentro desta cidade, as diversas regiões reagem de maneira distinta ao declínio econômico, reproduzindo o que os autores denominam de uma espécie de gentrificação interna, com efeitos mais acentuados nas regiões mais pobres do que nas regiões mais abastadas.

No que diz respeito à cidade de São Paulo, três estudos trazem questões muito interessantes sob a perspectiva econômica. Silveira (2009), trata dos circuitos de economia urbana na capital paulista, a partir de Milton Santos: o circuito superior, formado pela economia baseada em atividades bancárias e financeiras, comércios, indústrias e serviços modernos; e o circuito inferior, derivado do anterior, uma economia pobre, constituída por atividades cujo grau de capitalização, tecnologia e organização é relativamente baixo. Para a autora, as possibilidades de organização técnica e financeira do circuito superior criam novas formas de subordinação do circuito inferior, aumentando o consumo e, simultaneamente, a pobreza.

Kowarick (2007) se debruça sobre os cortiços no centro de São Paulo. Em face de um cenário de perda de população, de saída do setor financeiro e de empreendimentos de luxo, esta área da cidade se depara com os problemas do “esvaziamento” em grandes centros urbanos, principalmente uma mudança no perfil dos habitantes. Com boa parte da população residindo em cortiços, ali se observa falta de higiene e de privacidade, o que endereça aos envolvidos a necessidade de discutir o destino da população pobre da cidade e o rumo dos investimentos públicos

de maneira a possibilitar melhoria das condições de vida da população.

Silva (2009) lida com os motoboys paulistanos, à luz da circulação e da condição de trabalho precário que enfrentam. A partir de meados da década de 1980, e já incorporados na paisagem de São Paulo, os motoboys “expõem vivas as estratégias e as lógicas do capitalismo contemporâneo como forma de garantir no espaço as exigências da circulação fluída, de modo a garantir acumulação sempre ampliada do sistema capitalista na cidade de São Paulo” (Silva, 2009, p. 41). Suas condições precárias de trabalho, sempre associadas à máxima urgência, são parte de um processo econômico que se traduz em um comportamento social embrutecido, estreitamente associado a uma forma de existência precária e periférica na capital paulista.

As cidades e os Estudos Organizacionais: uma teia em contínua construção

A cidade na área da **Administração** tem sido problematizada de muitas formas. Todavia, no que interessa aos propósitos desse capítulo, elegemos a abordagem no campo dos **Estudos Organizacionais** como foco não apenas por uma questão de aderência, mas por coerência e aproximação, uma vez que eu próprio possuo uma profícua produção na área. Nos Estudos Organizacionais, a cidade tem sido problematizada para além dos aspectos materiais, isto é, as políticas públicas, os planos e edificações. Tomamos a cidade enquanto experiências vividas, como possibilidades de vivência, e como isso pode se materializar e ser problematizado de distintas maneiras.

Um primeiro tema que aparece com força é o da territorialidade. Entendida como uma possibilidade dos sujeitos na cidade, a vivência nos espaços se dá em um contexto de manifestação de diferenças e de disputas pelo mesmo espaço urbano. Bretas e Saraiva (2013), por exemplo, se voltam a discutir as práticas de controle e as territorialidades no âmbito urbano. Para tal fim, elegem o trabalho de flanelinhas e lavadores de carro da cidade de Belo Horizonte. Os principais resultados sugerem que o uso de práticas formais de controle, como a emissão de bilhetes de estacionamento na cidade, tenta promover a desterritorialização e legitimar discursos hegemônicos, vinculados ao ganho econômico, silenciando sobre outros problemas urbanos, como a falta de oportunidades profissionais, por exemplo. Assim, atores que não têm seus interesses defendidos desenvolvem suas próprias práticas de controle na cidade, o que deveria ser considerado na gestão urbana, já que a cidade inclui as vivências da sua população.

Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008), ao tratar da institucionalização da Feira Híppie de Belo Horizonte, identificaram influência do poder público durante os primeiros quarenta anos da feira, sugerindo que a legitimidade de organizações não ortodoxas como esta pode se submeter a critérios ortodoxos, como a legislação, à medida que os atores não delimitam seu território claramente, o que dá margem a que trabalhos com foco simbólico possam ser desenvolvidos para analisar como os indivíduos se posicionam dentro dos campos institucionalizados.

Ao tratarem de outra organização não-ortodoxa, Coimbra e Saraiva (2013) estudaram o Movimento Quarteirão do *Soul*,

tendo alcançado resultados que sugerem a forma como um mesmo espaço pode abrigar vários lugares, sendo a territorialidade dinâmica, o que leva a encarar o lugar como uma construção social. Os autores sustentam que é necessário considerar as intervenções sociais no espaço urbano sob a ótica simbólica, devendo ser a cidade vista para além de seus limites físicos e geográficos, já que ela é o que o seu povo acredita, vivencia e (re)cria.

Com foco também na territorialidade, mas associando-a à identidade nas organizações, Saraiva, Carrieri e Soares (2014) examinaram o Mercado Central de Belo Horizonte, uma organização em que identificaram a existência de três territórios: o do comércio, o da fé e o da administração. Esses territórios têm fronteiras pouco claras, influenciando-se mutuamente e, em alguns casos, entrando em atrito, seja pelo extravasamento de funções, seja porque o convívio entre desiguais se instala, o que gera a necessidade de “jogar o jogo” organizacional. A identidade termina sendo configurada dinamicamente, tendo como referência a cidade e como esta sugere “regras do jogo” para a interação naquele ambiente específico.

Um segundo eixo de discussão traz a cidade como lugar de sociabilidades, simbolismos e de culturas. Preocupados com o conceito de organização-cidade, Saraiva e Carrieri (2012) exploram o caso da cidade mineira de Itabira, representada de forma complexa e contraditória, variando de um polo material (cidade operária mineradora) a outro simbólico (cidade cultural). Enfatizando a história, a identidade e o povo, os autores avançam no conceito de cidade ao destacar a necessidade de se assumir a

cultura como metáfora, já que a cidade é, inescapavelmente, seu povo.

Teixeira, Carrieri e Peixoto (2015), por sua vez, problematizam o cotidiano da cidade de Belo Horizonte na Revista *Veja BH*, tendo mapeado de que se trata da uma representação midiática elitista e glamourizada do cotidiano da classe média alta belo-horizontina, suas formas de lazer, suas práticas culturais e gastronômicas. Tal perspectiva sobrepõe a cidade planejada em detrimento da cidade vivida e silencia sobre problemas que possam “arranhar” a imagem de uma cidade poderosa e em crescimento.

Ipiranga (2010) explora a cultura da cidade, assumindo que a conformação de uma cidade e a organização de seus espaços formam uma base material por meio da qual é possível fazer uma reflexão sobre a gama de sensações e práticas sociais. Com base nessa perspectiva, a autora se lança à tarefa de compreender o espaço urbano por meio da consideração da sua cultura e dos seus espaços intermediários – ruas, bairros e equipamentos como os bares e restaurantes. O desenvolvimento socioterritorial entra em foco à medida que os dados permitiram identificar tempos simultâneos e espaços diferenciados de uma “cidade dividida em duas, rica em simbolismos e interação, fragmentada e solitária, incapaz de compartilhar os códigos culturais, o que sugere desafios à sua gestão” (Ipiranga, 2010, p. 66).

Na mesma linha, Colares e Saraiva (2016a) defendem que teorizar sobre cultura sempre pode levar-nos a generalizações descabidas, daí surgindo a necessidade de refletir sobre culturas – no plural. Com base nessa ideia, os autores se propõem a

analisar material midiático em redes sociais para analisar a construção da representação social de “cultura”, a partir do Circuito Cultural Praça da Liberdade e do Espaço Comum Luiz Estrela, ambos localizados em Belo Horizonte –MG. Observa-se uma tendência de qualificar o Circuito Cultural Praça da Liberdade como um espaço “oficial” e nobre, enquanto outros espaços culturais tendem a ser marginalizados. Todavia, exemplos como o Espaço Comum Luiz Estrela demonstram que a iniciativa popular emerge como uma possibilidade de novas representações da cultura, contrapondo-se à representação hegemônica.

Ao examinar artefatos culturais da cidade de Itabira, Saraiva (2017), se depara com os efeitos da indústria cultural, uma vez que nessa cidade a cultura é usada para manter as disparidades sociais. Isso significa, por um lado, a tentativa de um pequeno grupo de invocar e impor, por meio de monumentos, uma figura – a do poeta Carlos Drummond de Andrade – como mote da cultura local e, por outro, que essa figura seja rejeitada pelos nativos, os quais não reconhecem, na sua obra, sua própria cultura, e tampouco a cultura de que necessitam

Outra forma de sociabilidade nos é dada por Fantinel e Fischer (2012), que analisam os cafés como espaços privilegiados de sociabilidade urbana. Para as autoras, o espaço café se mantém na contemporaneidade porque é espaço gregário, associativo e simbólico em diferentes medidas, traduzindo algumas formas de sociabilidade contemporânea, como diferentes tipos de interação e socialização. “Estudar os cafés possibilita compreender fenômenos organizacionais perenes, mas que se transformam conforme os espaços e tempos em que vivem. Os cafés são, pois,

emblemáticos nesse sentido, em cidades do Brasil e do mundo” (Fantinel & Fischer, 2012, p. 281).

Ao observar a cultura organizacional de um restaurante Chalé da Praça XV, ponto turístico da cidade de Porto Alegre, Fantinel e Cavedon (2010) encaram o desafio de discutir o simbolismo das representações sociais quanto ao tempo e ao espaço. Elas mapearam as representações de tempo e espaço dos clientes e trabalhadores do restaurante, tendo identificado homogeneidades e heterogeneidades entre elas, chegando a uma conclusão que sugere alternativas para incrementar o potencial turístico do estabelecimento.

Saraiva e Machado (2007), também com foco na cultura organizacional, tratam do caso do Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte. Esta organização apresenta duas culturas organizacionais simultaneamente: uma que preserva a memória do Curral Del Rey, espaço geográfico que precedeu a criação de Belo Horizonte e onde a cidade foi erigida. O outro celebra a modernidade republicana, uma vez que a capital mineira foi considerada a vitrine da República e seus ideais de modernidade. Esse embate se dá na existência de dois acervos, de duas arquiteturas e de duas matrizes simbólicas que competem entre si na definição de qual memória (e de qual cidade) preservar, o que traz inúmeros desdobramentos para a compreensão da capital mineira.

Ipiranga (2016) também explora as práticas culturais de espaços urbanos, mas relacionando-as ao organizar estético. A autora problematiza culturas, histórias, estranhezas, sociabilidades e formas específicas de operações, segundo Michel

de Certeau (2014) e outros autores. A partir daí, “costura” a discussão com as possíveis experiências estéticas proporcionadas pelo atuar nas práticas de espaços urbanos dos sujeitos que vivem na cidade, concluindo o artigo com sugestões de pressupostos e procedimentos metodológicos que podem ser empregados nessa perspectiva.

No estudo de Pimentel *et al.* (2011), os autores se propõem a explorar a relação entre a elaboração de metáforas e a identidade dos espaços, físico e simbólico na cidade de Congonhas, em Minas Gerais. Os achados da pesquisa sugerem que os elementos materiais, além de serem indexadores por excelência da produção metafórica de sentidos, cumprem um papel de significar em um domínio ontológico, isso é, dependendo de quanto se tem, se acessa tipos específicos de espacialidade. Achados semelhantes foram feitos por Saraiva e Carrieri (2014), no que se refere à materialidade de uma história singular, um operário que se tornou poeta na cidade de Itabira, em Minas Gerais. As condições materiais às quais ele teve acesso ao longo dos anos circunscreveram uma forma específica de lidar com a cidade, ressignificando-a à medida que se alterava concretamente como sujeito.

Uma terceira linha de estudos problematiza a relação entre desigualdade social e segregação urbana. A desigualdade social pode se apresentar de inúmeras formas. Nos textos selecionados, ela se caracteriza pela espacialidade, pela economia informal, pela questão racial, pelo etarismo ou situação de rua, e pela estética marginal.

Silva e Saraiva (2019), ao se debruçarem sobre os discursos relacionados aos projetos de requalificação das cidades, procuraram identificar as estratégias que legitimam (ou que pretendem legitimar) o processo de (re)produção do espaço urbano. Os autores problematizaram as obras de revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, tendo identificado que as construções discursivas procuram associar tempo e espaço, bem como as ideias de “recuperação” à possibilidade de “comercialização” – o que inclui memórias e identidades no âmbito da cidade.

Medeiros, Valadão Junior e Ferreira (2008), ao tratar de condomínios horizontais fechados na cidade de Uberlândia, problematizam as relações entre excluídos e “incluídos”, a partir dos espaços que ocupam na cidade. A ocupação de espaços implica formas de representação muitas vezes alheias ao que se passa fora dos muros do condomínio, e que a produção do espaço como fonte de poder não é uma tendência recente, tendo sido o espaço usado historicamente para segregar classes sociais.

Coimbra e Saraiva (2014) nos dão um exemplo desta segregação espacial ao confrontar o espaço produzido e o espaço vivido pelos integrantes do Quarteirão do *Soul* em Belo Horizonte. Nesse movimento social, o espaço urbano é construído pelos atores sociais, a partir de suas emoções e representações. Os membros, negros pobres e da periferia se apropriam, física e simbolicamente, do centro da cidade para dançar *soul music*, para além das edificações e regulações. Os autores identificaram que o Quarteirão do *Soul* se destaca pela ressignificação de tempo e de espaço, uma vez que viver a cidade altera a dinâmica de um

local para que seus participantes reafirmem sua identidade com a cultura *soul*.

Uma segunda forma de desigualdade verificada diz respeito ao ponto de vista econômico, e se refere aos trabalhadores informais. Rodrigues e Ichikawa (2015) tratam do cotidiano de um catador de material reciclável, problematizando a “escolha” dos que lidam com o lixo urbano. Eles identificaram que embora trabalhar na rua não seja uma escolha e a liberdade das ruas seja imprescindível, na atividade podem coexistir ações táticas e estratégicas, ressignificando o homem ordinário dos subprodutos da sociedade. A discriminação que sofre da sociedade o oprime, influenciando seu consumo e a forma pela qual ele usa o espaço urbano, prevalecendo a subsistência sobre a sustentabilidade.

Mendes e Cavedon (2012) argumentam que a atividade de camelô, sua precariedade e informalidade no contexto urbano se deve a uma incapacidade do mercado formal de absorver mão-de-obra. O mercado camelô que tal atividade suscita, conforme os autores, é uma prática urbana – mas uma daquelas que se deseja esconder de todas as formas possíveis porque escapa das prescrições das políticas vigentes. Nesse sentido, Carrieri, Maranhão e Murta (2009) analisaram a mudança dos camelôs para os shoppings populares na cidade de Belo Horizonte, uma ação orquestrada pela prefeitura municipal que terminou por “higienizar” a cidade, livrando-a de tudo o que a distanciasse do projeto de cidade global. Os autores identificaram o aumento da precariedade de suas condições políticas e sociais de trabalho em conversas com os próprios camelôs, o que nem sempre

correspondeu aos discursos da mídia e da prefeitura sobre o assunto.

Perdigão, Carrieri e Saraiva (2014) exploraram como o empreendedorismo informal é retratado no discurso oficial representativo da Prefeitura de Belo Horizonte e dos camelôs dessa cidade. Ratificando o estudo anterior, os autores concluem que a transferência compulsória dos camelôs das ruas para os novos espaços comerciais atendeu a interesses públicos e empresariais, que se viam prejudicados pela atividade empreendedora informal. Ao serem reclassificados como “lojistas”, os camelôs tiveram de assumir novos papéis, de empreendedores, em um quadro geral de precarização das condições de trabalho.

Por fim, ainda do ponto de vista econômico, mesmo atuando em uma verdadeira instituição da cidade de Belo Horizonte, a Feira Hippie, os trabalhadores precisam fazer uso de estratégias subversivas para sobreviver. Carrieri *et al.* (2008) identificam, do ponto de vista da estratégia na perspectiva microssocial dos atores, que os trabalhadores, lidando com diferentes fontes de pressão, definem suas existências por meio de trajetórias instáveis e obscuras como mecanismos de interação entre os micro e macro contextos.

A questão racial é, nos textos, uma terceira forma de desigualdade urbana. O estudo de Nascimento *et al.* (2015) fornece pistas de que espaços privados, como shopping centers, são fortemente segregados racialmente ao se constituírem como espaços simbólicos privativos de determinados grupos sociais. Os dados empíricos do estudo evidenciam a construção discursiva da

“cor” como dimensão de significação das representações e práticas sociais dos indivíduos que demarcam simbolicamente quem pode e onde deve circular em determinados espaços organizacionais, especialmente nos shoppings centers.

Esses achados são corroborados pelo estudo de Nascimento *et al.* (2016), voltado a compreender como os discursos da mídia eletrônica apresentam reflexos e refrações das práticas de resistência dos jovens de periferia (os “rolezinhos”) nos espaços organizacionais dos shopping centers. Estes, construídos como espaços organizacionais de segregação – explicitamente pelo consumo e, implicitamente, pelo racismo – enfrentam resistências e ressignificações de grupos marginalizados, tensionando relações urbanas sociais e urbanas assimétricas nessas organizações.

Grupos marginalizados pelo etarismo, por estarem na rua ou por exercerem uma atividade marginal marcam o quarto tipo de desigualdade estudado. Com uma perspectiva etária, Colares e Saraiva (2016b) exploraram o lugar dos idosos no contexto da sociedade capitalista, tendo em vista suas limitações físicas e psicológicas e o conseqüente desprezo de que desfruta o ser humano idoso por sua inaptidão ao trabalho e ao capital. Observando a construção da noção do “ser idoso”, por meio das práticas de sociabilidade desenvolvida por estes no espaço urbano em Belo Horizonte, o estudo identificou que, à exceção daqueles que ainda podem ter habilidades ou conhecimentos aproveitados pelo capital, a maioria dos idosos são tidos como velhos e, portanto, desprezados assim que passam a não satisfazer as necessidades do mercado de trabalho. A aposentadoria, que deveria servir de sustento aos idosos e retribuição aos anos de

contribuição ao sistema de seguridade, acaba por ser insuficiente, lançando-os ao mercado de trabalho novamente e, mais uma vez, reafirmando sua posição marginalizada – ocupando vagas no trabalho informal e, frequentemente, em subempregos.

Honorato e Saraiva (2016, p. 158) se lançam à tarefa de ampliar as fronteiras do que é tomado como organização e, assim, o que pode ser objeto de análise organizacional, para tanto problematizando a população em situação de rua. Os autores assumem que a cidade, “sendo por definição ‘habitada’ para desfrutar de um olhar adequado, precisa que a análise organizacional vá além da administração pública e do urbanismo, incorporando os que vivem a cidade e, com isso, determinam o que ela, de fato, é”. Partindo de uma discussão sobre cidade-modelo, subordinada a interesses econômicos, e que por isso precisa ser “limpa” para propiciar seu consumo imediato, e sobre o papel no *management* na promoção da cidade global, os autores tratam, sob a ótica de Michel de Certeau, das cidades praticadas e das microliberdades possíveis na apropriação popular do urbano. As principais contribuições sugerem que a cidade é um *locus* dos Estudos Organizacionais por excelência, sendo seus diversos aspectos possíveis partes, também, da análise organizacional, uma vez que a dinâmica social urbana abriga múltiplos confrontos, como os entre ordem e subversão, o que expõe diversas possibilidades de entender a cidade do ponto de vista organizacional.

Em “A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte”, Honorato, Saraiva e Silva (2017) procuram revelar a construção social das noções de ordem e subversão nos discursos

da população em situação de rua da capital mineira e dos atores implicados (sociedade domiciliada, entidades de auxílio, representantes da municipalidade, polícia e comerciantes). Os autores problematizam a associação entre ordem e normalidade e a relação da sociedade com o que ela considera um descartável urbano, entendendo a subversão como uma práxis política necessária para impulsionar a transformação social na direção de uma convivência humana mais afeita à diversidade cultural.

Viegas e Saraiva (2015) abordaram a relação entre discursos, práticas organizativas e pichação na cidade de Belo Horizonte. Para os autores, a forma pela qual as cidades têm sido apresentadas hegemonicamente privilegia uma ótica de ordenamento social e urbano, inegavelmente favorável à valorização econômica. À medida que essa perspectiva é abandonada por grupos que, por exemplo, desejem se expressar, territorializando a cidade, a partir de representações distantes do que é esperado, como a pichação, observamos discursos e ações de repressão pela “manutenção da ordem”. A todo custo, a cidade deve ser uma “vitrine”, o que exclui qualquer possibilidade de estética que não seja estreitamente comprometida com a valorização do capital. Silencia-se sobre o não acesso à cultura nas periferias, as segregações múltiplas de origem, classe social, raça, profissão a que os mais pobres estão sujeitos na cidade, em nome de um ordenamento urbano que não está presente nas periferias em que tais pessoas vivem. Não é de se espantar que as regulamentações existentes não encontrem eco entre os pichadores, que adotam uma espécie de ética do “pixo”, que se opõe, estética e politicamente, ao programa da prefeitura, à conduta policial e ao pensamento dominante sobre a pichação e os pichadores.

Conclusão

Nesse capítulo, lancei-me à tarefa de procurar sistematizar uma aproximação entre Estudos Organizacionais e Cidade. A ideia é conferir protagonismo à cidade, de maneira a se consolidar enquanto tema, bem como superar seu *status* de objeto no campo dos Estudos Organizacionais. A partir de um caminho extensivo que procurou percorrer, de forma sintética, dezenas de contribuições de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, busquei situar a crescente e interdisciplinar produção de conhecimento a respeito das cidades, com foco na pluralidade de perspectivas em torno da cidade enquanto tema.

A segunda parte trouxe a discussão especificamente para o campo dos Estudos Organizacionais, não apenas por ser este o campo em que me situo como pesquisador, mas, sobretudo, em virtude da necessidade de sistematização do já expressivo e crescente volume de pesquisas e publicações sobre a cidade. Aqui encontrei três grandes correntes ou linhas mestras que parecem se complementar, ou cujas fronteiras são, em alguns casos, borradas como ocorre em fenômenos complexos. O primeiro grupo de textos enfoca a territorialidade, promovendo discussões que giram em torno da disputa pelos espaços na cidade pelos diversos grupos sociais que a compõem. Um segundo foco se concentra em torno de estudos de sociabilidades, simbolismos e de culturas, entendendo o urbano como um complexo amálgama de possibilidades simbólicas erigidas a partir dos diferentes modos de sociabilidade na urbe. Por fim, a última corrente trabalha com a desigualdade social e segregação que grupos, de alguma forma marginalizados, vivenciam no âmbito das cidades. Evidentemente esses três grupos não esgotam o que podemos

encontrar de possibilidades no campo, mas apontam caminhos promissores para os Estudos Organizacionais.

O que se pode esperar desse encontro? A julgar pela expressiva quantidade de publicações sobre o tema, um amplo e fértil terreno. Um rico mosaico de possibilidades a partir de múltiplos e interdisciplinares olhares sobre o urbano, com uma perspectiva organizacional. E, como organização, é um conceito polímorfo e em contínua disputa. Nesse processo é preciso pensar sobre uma perspectiva de organização que possa abranger e permitir um olhar que nos habilite, enquanto membros da comunidade de Estudos Organizacionais, a entender do que se trata a cidade enquanto organização. Como não tenho a capacidade de enxergar o futuro, torço para que estudantes e colegas de diversas áreas possam ver nesse percurso um caminho ao qual desejem se juntar, contribuindo para a ampliação do que se toma por organização e análise organizacional.

Referências

Almeida, E. S. (1997). Cidade/município saudável – a questão estratégica: o compromisso político. *Saúde e Sociedade*, 6(2), 71-78.

Bacqué, M.-H., Fijalkow, Y., Launay, L., & Vermeersch, S. (2011). Social mix policies in Paris: discourses, policies and social effects. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(2), 256-273.

Barreira, I. A. F. (2003). A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*, 5(9), 314-339.

Bedran, L. M. (2011). Cultura urbana, linguagem visual e publicidade nos tempos do Rio Moderno. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 34(2), 37-53.

Boeira, S. L., Santos, A. C. B., & Santos, A. G. (2009). Estatuto da cidade: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. *Revista de Administração Pública*, 43(3), 695-712.

Borges, C. N. F. & Tonini, G. T. (2012). O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influências recíprocas entre cidade e esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 34(2), 281-296.

Boulton, A. (2011). Property and aesthetics in an ordinary american landscape. *Geographical Review, Oxford*, 101(2), 224-242.

Bretas, P. F. F. & Saraiva, L. A. S. (2013). Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *Gestão.Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 11(2), 247-270.

Britto, F. D. & Jacques, P. B. (2009). Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 337-350.

Brown-Saracino, J. & Rumpf, C. (2011). Diverse imageries of gentrification: evidence from newspaper coverage in seven U.S. cities, 1986–2006. *Journal of Urban Affairs*, 33(3), 289-315.

Canclini, N. G. (2002). Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, VIII (1), 40-53.

Carlos, A. F. A. (2015). A virada espacial. *Mercator*, 14(4), 7-16.

Farias, R. N. P. & Müller, F. (2017). A cidade como espaço da infância. *Educação & Realidade*, 42(1), 261-282.

Feldman-Bianco, B. (2009). Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31), 19-50.

Fischer, T. (1996). (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV.

Fix, M. (2009). Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*, 22(55), 41-64.

Gandara, G. S. (2011). Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. *História*, 30(1), 90-113.

Gorelik, A. (2005). A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, 17(1), 111-133.

Guedes, J. (2003). Cidade e espaço político. *Psicologia USP*, 14(3), 73-78.

Guerrieri, V., Hartley, D., & Hurst, E. (2012). Within-city variation in urban decline: the case of Detroit. *American Economic Review: Papers & Proceedings*, 102(3), 120-126.

Hobsbawm, E. & Ranger, T. (1984). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.

Honorato, B. E. F. & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.

Honorato, B. E. F., Saraiva, L. A. S. & Silva, E. R. (2017). A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. *Organizações em Contexto*, 13(26), 339-383.

Ipiranga, A. S. R. (2016). Práticas culturais de espaços urbanos e o organizar estético: uma proposta de estudo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 5(2), 105-123.

Ipiranga, A. S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-90.

Jackson, J. (2011). The global gentrification of nothing. *Spaces and Flows: An International Conference on Urban and ExtraUrban Studies*, 1(1), 25-36.

Jacobi, P. (2000). Do centro à periferia – meio ambiente e cotidiano na cidade de São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, III(6/7), 145-163.

Jayme, J. G. & Neves, M. A. (2010). Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, 23(60), 605-617.

King, A. D. (2010). O que está acontecendo com a pesquisa sobre cidades mundiais? *Estudos Históricos*, 23(46), 247-260.

Koury, M. G. P. (2006). O imaginário urbano sobre fotografia e morte em Belo Horizonte, MG, nos anos finais do século XX. *Varia Historia*, 22(35), 100-122.

Koury, M. G. P. (2004). Fotografia e interdito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(54), 129-141.

Kowarick, L. (2007). Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. *Lua Nova*, 70, 171-211.

Kuschnir, K. (2011). Drawing the city: a proposal for an ethnographic study in Rio de Janeiro. *Vibrant*, 8(2), 608-642.

Kuster, E. & Pechman, R. (2014). *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: UFMG.

Lansky, S., Gouvêa, M. C. S., & Gomes, A. M. R. (2014). Cartografia das infâncias em região de fronteira em Belo Horizonte. *Educação & Sociedade*, 35(128), 629-740.

Le Goff, J. (1984). Memória/história. *Enciclopédia Einaudi*. v. 1. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Lees, L. (2012). The geography of gentrification: thinking through comparative urbanism. *Progress in Human Geography*, 36(2), 155-171.

Limena, M. M. C. (2001). Cidades complexas no século XXI: ciência, técnica e arte. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3), 37-44.

Mac-Allister, M. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11(ed.esp.), 171-181.

Marques, E. C. & Bichir, R. M. (2001). Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 9-29.

Martins, M. L. R. (2011). São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. *Estudos Avançados*, 25(71), 59-72.

Medeiros, C. R. O., Valadão Junior, V. M., & Ferreira, A. P. (2008). Condomínios horizontais fechados: segregação do espaço social. *Revista Eletrônica de Administração*, 11(12), s.p.

Mendes, L. & Cavedon, N. R. (2012). A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(1), 123-140.

Miranda, D. S. (2000). Reflexões sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, 14(4), 105-110.

Monié, F. & Vidal, S. M. S. C. (2006). Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. *Revista de Administração Pública*, 40(6), 975-995.

Mourão, A. R. T. & Cavalcante, S. (2006). O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. *Estudos de Psicologia*, 11(2), 143-151.

Müller, F. & Nunes, B. F. (2014). Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. *Educação & Sociedade*, 35(128), 659-674.

Nascimento, D. & Bitencourt, J. B. (2008). De granito e de bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. *Varia Historia*, 24(39), 329-343.

Nascimento, M. C. R., Oliveira, J. S., Teixeira, J. C., & Carrieri, A. P. (2015). Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 245-268.

Nascimento, M. C. R., Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Saraiva, L. A. S. (2016). Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). *Revista de Administração Mackenzie*, 17(1), 55-81.

Nogueira, M. A. L. A cidade imaginada ou o imaginário da cidade. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, 5(1), 115-123.

Nogueira, M. L. M. (2009). Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 69-86.

Oliveira, C. Da ruína e da conservação do mundo: o mundo como espaço discursivo e como discurso espacial. *Kriterion*, 117, 153-161.

Oliveira, C. S., Wolff, M. P., Henn, R., & Conte, M. (2006). Criminalidade juvenil e estratégias de (des)confinamento na cidade. *Katálysis*, 9(1), 53-62.

Palombini, A. L. (2009). Utópicas cidades de nossas andanças: *flânerie* e amizade no acompanhamento terapêutico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 295-318.

Papen, U. (2012). Commercial discourses, gentrification and citizens' protest: the linguistic landscape of Prenzlauer Berg, Berlin. *Journal of Sociolinguistics*, 16(1), 56-80.

Perdigão, D. A., Carrieri, A. P., & Saraiva, L. A. S. (2014). Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da Prefeitura de Belo Horizonte. *Perspectivas Contemporâneas*, 9(1), 43-58.

Pereira, A. B. (2010). As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Lua Nova*, 79, 143-162.

Pimentel, T. D., Carrieri, A. P., Pimentel, M. P. C., & Brito, M. J. (2011). “Da basílica à feira... Do oásis ao Shoppinglêu”: a trajetória das metáforas do Jubileu em Congonhas (MG). *Revista de Administração Pública*, 45(1), 45-66.

Possamai, Z. R. (2007). Narrativas fotográficas sobre a cidade. *Revista Brasileira de História*, 27(53), 55-90.

Raichelis, R. (2006). Gestão pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova*, 69, 13-48.

Rezende, E. A. S. (2007). Construindo imagens, fazendo clichês: fotógrafos pela cidade. *Anais do Museu Paulista*, 15(1), 115-186.

Rodrigues, F. S. & Ichikawa, E. Y. (2015). O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(1), 97-112.

Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 31-49.

Saraiva, L. A. S. (2017). O poeta e a cidade: um estudo semissimbólico de artefatos culturais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 6(1), 31-51.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2014). Uma vida, uma cidade: um estudo discursivo de uma metonímia. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(1), 143-157.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., & Soares, A. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Saraiva, L. A. S. & Machado, A. M. A. (2007). Bipolaridade simbólica no Museu Histórico Abílio Barreto. *Cadernos EBAPE.BR*, 5(2), 1-14.

Sawaya, A. L. (2006). Políticas públicas: pontos de método e experiências. *Estudos Avançados*, 20(56), 131-147.

Shaw, S. & Sullivan, D. M. (2011). “White night”: gentrification, racial exclusion, and perceptions and participation in the arts. *City & Community*, 10(3), 241-264.

Silva, C. A. F. et al. (2011). Expectativas da mídia sobre o legado das olimpíadas de 2016: racionalidade instrumental e substantiva. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33(4), 939-957.

Silva, C. L. O. & Saraiva, L. A. S. (2019). O espetáculo por trás do canteiro de obras: estratégias discursivas dos projetos de revitalização da cidade olímpica. *Organizações & Sustentabilidade*, 7(1), 32-46.

Silva, V. C. P. (2009). A cidade no labirinto: descortinando metáforas da pós-modernidade. *Sociedade & Natureza*, 21(1), 147-158.

Silveira, M. L. (2009). Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, 22(55), 65-76.

Simmel, G. (1967). A metrópole e a vida mental. In G. Velho (Org.). *O fenômeno urbano* (pp. 10-24). Rio de Janeiro: Zahar.

Sousa, E. L. A. & Bechler, J. (2008). Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 390-403.

Souza, M. V. (2009). Políticas públicas e espaço urbano desigual: favela Jardim Maravilha (SP). *Estudos Avançados*, 23(66), 267-281.

Tavares, O. (2011). Beijing 2008: os jogos olímpicos, a cidade e os espaços. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33(2), 357-373.

Teixeira, J. C., Carrieri, A. P., & Peixoto, T. C. (2015). O cotidiano da cidade de Belo Horizonte na revista *Veja BH*: a classe média alta, a cidade poderosa e os dilemas do planejado versus o vivido. *Revista Gestão & Conexões*, 4(2), 7-39.

Telles, V. S. (2009). Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos*, 84, 153-173.

Telles, V. S. & Hirata, D. V. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191.

Thörn, H. (2012). In between social engineering and gentrification: urban restructuring, social movements, and the place politics of open space. *Journal of Urban Affairs*, 34(2), 153-168.

Tschoke, A. & Rechia, S. (2012). O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 34(2), 263-280.

Turazzi, M. I. (2006). Paisagem construída: fotografia e memória dos melhoramentos urbanos na cidade do Rio de Janeiro. *Varia Historia*, 22(35), 64-78.

Velho, G. (2006). Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, 12(1), 237-248.

Velho, G. (2000). Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, 6(13), 15-29.

Venturini, E. (2009). A cidade dos outros. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 203-222.

Vianna, H. (1999). Ternura e atitude blasé na Lisboa de Pessoa e na metrópole de Simmel. In G. Velho (Org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (pp. 109-120). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Viegas, G. C. F. S. & Saraiva, L. A. S. (2015). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 68-94.

Villaça, F. (2011). São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, 25(71), 37-58.

Wacquant, L. (2010). Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o estado na pesquisa urbana recente. *Caderno CRH*, 23(58), 51-58.

Webb, D. (2010). Rethinking the role of markets in urban renewal: the housing market renewal initiative in England. *Housing, Theory and Society*, 27(4), 313-331.